



LEI Nº 631 DE 19 DE JUNHO DE 1.995


"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a consignar de forma automática, o valor correspondente a 26% (vinte e seis por cento) das cotas partes normais/extraordinárias do FPM e ICMS e dá outras providências".

SEBASTIÃO CARLOS TOLEDO, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º:- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Autorizado a consignar, diretamente de forma automática, em favor da Empresa Intercontinental de Construções Ltda, o valor correspondente a 26% (vinte e seis por cento) calculado sobre os recursos oriundos das cotas-partes normais e/ou extraordinárias do ICMS e do FPM pertencentes ao município de Nova Xavantina - MT, durante o prazo necessário ao pagamento das faturas e medições decorrentes da execução de Pavimentação Asfáltica, Drenagem, Terraplanagem e Obras Complementares na sede do município, conforme Edital de Licitação nº 003/94, contrato de execução de obra e demais aditivos atinentes ao contrato.

ART. 2º:- Para a perfeita e adequada consecução do disposto no artigo anterior, ficam os agentes repassadores do ICMS e do FPM pertencentes ao Município, atualmente representados pelo Banco do Estado de Mato Grosso S/A., e pelo Banco do Brasil S/A., respectivamente, autorizados a participarem como intervenientes na consignação estabelecida nesta Lei.

ART. 3º:- Face ao disposto nos artigos 1º e 2º, precedentes, os agentes repassadores das cotas-partes do ICMS e FPM pertencentes ao Município, independente de quaisquer outras formalidades, ficam, a partir de 01/07/95, autorizados a transferir direta e automaticamente, a favor da empresa contratada o percentual fixado nos respectivo Contrato, durante o prazo ali estabelecido.





ART. 4º:- Os valores das medições e/ou faturas de serviços e/ou obras que não forem integralmente liquidados pelas consignações, definidas nesta Lei, serão reajustados mensalmente pelo TR/BACEN (Taxa Referencial de Juros divulgada pelo Banco Central do Brasil), e remunerados com juros legais de 1% (um por cento) ao mês a sua completa liquidação.

ÚNICO:- Vindo a ocorrer a extinção ou substituição da TR/BACEN (Taxa Referencial de Juros divulgada pelo Banco Central do Brasil), adotar-se-á como substituto o índice ou título oficial que vier a ser utilizado nos contratos de espécie e forma semelhantes aos aqui autorizados.

ART. 5º:- Independentemente das consignações definidas nesta Lei, poderá ainda o Poder Executivo Municipal utilizar de outras fontes de recursos para antecipar o pagamento de eventuais saldos devedores do município junto à empresa contratada.

ART. 6º:- Os investimentos decorrentes dos servidores e obras objeto desta Lei deverão ser empenhados dentro dos exercícios em que forem realizados, independentemente da época de sua contratação.

ART. 7º:- Caso se verifique ao final do exercício da contratação do empreendimento por esta Lei autorizado, saldo devedor de faturas e/ou medições, deverão os mesmos serem inscritos em "**RESTOS A PAGAR**" e/ou "**DÍVIDA FUNDADA INTERNA**", conforme o caso.

ART. 8º:- Os valores resultantes dos reajustamentos das obras e dos eventuais saldos devedores, assim como os juros, quando houverem se integrarão ao custo final do empreendimento, e deverão ser mensalmente empenhados na dotação própria.

ART. 9º:- Para cumprimento desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal, durante os exercícios necessários ao pagamento das obras a que se refere esta Lei, autorizado a abrir, sempre que necessário, mediante Decreto, com Indicação dos recursos, créditos adicional suplementar.

ART. 10º:- Verificada a existência de saldos devedores do município, em decorrência da execução dos serviços e obras constantes desta Lei, que ultrapassa o exercício financeiro em custo, dera o Poder Executivo fazer



constar nos orçamentos anuais posteriores e durante o prazo previsto para integral amortização desses débitos, dotações suficientes ao atendimento das despesas resultantes dos serviços e obras realizadas.

ART. 11º:- Vindo a ocorrer o que prevê o artigo anterior, e face ao princípio da continuidade administrativa que prevalece no serviço público, incumbe aos Prefeitos sucessores, manter as consignações estabelecimentos no artigo 3º, pelas formas dos artigos 4º e 5º, como meio de dar cumprimento aos pagamentos dos saldos devedores remanescentes, de conformidade e em estrita obediência com o estabelecido nesta Lei, até final liquidação dos compromissos financeiros decorrentes dos serviços e obras aqui referidos.

ART. 12º:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros
Gabinete do Prefeito Municipal
Nova Xavantina, 19 de junho de 1.995

SEBASTIÃO CARLOS TOLEDO
Prefeito Municipal